

HABEAS CORPUS Nº 570.494 - RJ (2020/0079368-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : PAULO VICTOR LESSA LUZIA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO VICTOR LESSA LUZIA contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Apelação Criminal n. 0022348-76.2018.8.19.0066.

Consta dos autos, que o paciente foi condenado pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado e multa.

Nesta via, sustenta a impetrante a ilegalidade da exasperação da pena-base pela quantidade de drogas, sendo devido o afastamento do aumento e, consequentemente, a fixação da sanção basilar no mínimo legal.

Assevera que o apenado preenche os requisitos para a obtenção da causa especial de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 na fração máxima.

Defende que estaria autorizado o abrandamento do modo prisional para o semiaberto ou aberto, após o reconhecimento da minorante do tráfico, destacando, também, a possibilidade da conversão da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja redimensionada a reprimenda do paciente, mitigado o modo prisional e substituída a pena privativa por restritiva de direitos.

É o relatório.

Em consulta ao sistema processual deste Sodalício, verifica-se que, perante esta Corte, foi impetrado em favor do paciente o HC n. 570.466/SP, impugnando o mesmo acórdão aqui combatido e sob os mesmos argumentos ora levantados.

Constata-se, portanto, que a presente impetração se constitui em mera reiteração do pedido anteriormente formulado no *writ* apontado, fato que se consubstancia em óbice ao conhecimento do presente *mandamus*.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefer-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Após ciência do Ministério Público Federal e com o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator